

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 190 – 15/03 à 19/03/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do Mercado de Trabalho*

## Destaque da Semana

[Brasil inicia 2021 com geração de 260.353 empregos formais](#)

Ministério da Economia - 16/03/2021

O emprego celetista no Brasil apresentou crescimento em janeiro de 2021 com um saldo de 260.353 postos de trabalho formais no Brasil. O resultado mostra que o país continuou com a recuperação econômica após o pico de casos de Covid de 2020, que fechou parte das atividades econômicas no país. Os números são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Em janeiro de 2020, portanto antes da pandemia, a geração de empregos havia ficado em 117.793 (com ajustes).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Plenário rejeita trâmite de ADI ajuizada por central sindical](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/03/2021

Prevaleceu o voto apresentado pelo ministro Alexandre de Moraes, segundo o qual a jurisprudência do Supremo é de que as centrais sindicais não têm legitimidade ativa para ajuizar ação de controle concentrado de constitucionalidade, como a ADI, no STF. Ele destacou que um dos requisitos definidos pelo Supremo para o ajuizamento dessas ações por confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional é que elas devem representar uma categoria empresarial ou profissional. No caso, a CGTB, em se tratando de central sindical, congrega integrantes das mais variadas atividades ou categorias trabalhistas ou econômicas.

### [Imposto de Renda não incide sobre juros de mora por atraso no pagamento de salário](#)

Supremo Tribunal Federal - 18/03/2021

É inconstitucional a cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração salarial. Por decisão majoritária, o entendimento foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada em 12/3, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 855091, com repercussão geral reconhecida ([Tema 808](#)).

### [Justiça estadual pode julgar causas previdenciárias apenas se não houver vara federal na comarca](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/03/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a competência da Justiça comum estadual para julgar causas contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ocorre apenas quando não houver vara federal na comarca em que reside o segurado ou beneficiário.

A decisão, por maioria de votos, foi tomada no Recurso Extraordinário (RE) 860508, com repercussão geral (Tema 820), e servirá de parâmetro para a resolução de pelo menos 187 processos com a mesma controvérsia. O julgamento ocorreu na sessão virtual encerrada em 5/3.

### [Transferência de quatro anos é considerada definitiva e exime banco do pagamento de adicional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta ao Banco do Brasil S.A. o pagamento do adicional de transferência a um bancário que ficou quatro anos no local da última mudança. A decisão da Turma seguiu o entendimento do Tribunal, que considera indevida a parcela quando a permanência do empregado em outra localidade se der por período superior ou igual a três anos.

### [Motorista não consegue reconhecimento de periculosidade por acompanhar abastecimento de ônibus](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho indeferiu, por unanimidade, o adicional de periculosidade pretendido por um motorista da Auto Viação Catarinense, de Joinville (SC), que acompanhava o abastecimento do ônibus, realizado por outra pessoa. De acordo com a jurisprudência do TST, a parcela não é devida ao empregado que apenas acompanha o procedimento.

### [Quitação das férias no início do período não gera obrigação de pagamento em dobro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/03/2021

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, nesta segunda-feira (15), que o atraso de dois a três dias na quitação dos valores relativos às férias não gera ao empregador a obrigação do pagamento em dobro. Para a maioria do colegiado (15 x 10), impor a condenação por atraso considerado ínfimo atenta contra os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

### [Empresa questiona pagamento de pensão por incapacidade a motorista que obteve novo emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/03/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou como fatos novos as provas apresentadas pela Fazenda São Francisco, de Riachão das Neves (BA), de que um moto-

rista continuava a dirigir caminhões de outra empresa, apesar de a agroindústria ter sido condenada a pagar-lhe pensão mensal vitalícia por incapacidade para o serviço decorrente de acidente de trabalho. O processo retornará ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), para a valoração das novas provas e o julgamento da reparação pedida pelo motorista.

### [Trabalhadores obtêm decisões favoráveis em relação à gratuidade de justiça](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/03/2021

Em dois julgamentos recentes, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho analisou recursos relacionados ao tema da gratuidade de justiça. No primeiro caso, em que o benefício fora concedido sem que houvesse pedido do trabalhador, foi determinada a abertura de prazo para que ele recolha as custas processuais. No segundo, um portuário conseguiu restabelecer a concessão com base em sua declaração de hipossuficiência.

### [Permanência em alojamento afasta direito de motorista a adicional de transferência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um motorista da Geosol - Geologia e Sondagens S.A., em Belo Horizonte-MG, que pretendia receber o adicional de transferência. Segundo o colegiado, a permanência do empregado em alojamento da empresa não caracteriza a mudança de domicílio, condição para a concessão do adicional, pois não houve ânimo de mudar.



## Notícias do Executivo

### [Governo transformou em digitais 599 serviços em 2020](#)

Ministério da Economia - 19/03/2021

A digitalização de serviços públicos foi uma das principais respostas do governo brasileiro aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Somente em 2020, o governo transformou em digitais 599 serviços prestados à sociedade. Além de converter do presencial para o digital serviços públicos já existentes, como o Seguro Desemprego do Empregado Doméstico e a prova de vida dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que passou a ser realizada por reconhecimento facial, foram lançados outros exclusivamente na forma on-line, como o Auxílio Emergencial e o PIX.

### [Ministério da Economia mantém projeção de crescimento do PIB em 3,2% em 2021](#)

Ministério da Economia - 18/03/2021

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou, nesta quarta-feira (17/3), a [9ª edição do Boletim Macrofiscal](#), com a atualização da grade de parâmetros macroeconômicos. A estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 é de 3,2%, ou seja, foi mantido o percentual presente na edição anterior do boletim. Para 2022, a estimativa de crescimento do PIB é de 2,5%. A elaboração da grade de parâmetros é uma atribuição legal da SPE que constitui importante subsídio para o ciclo orçamentário federal, provendo o cenário-base para o quadro macroeconômico brasileiro, o qual baliza outras importantes estimativas e ações do Ministério da Economia. Na ocasião, foi divulgada também a versão atualizada do Panorama Macroeconômico.

### [Receita Federal adotará sistema virtual para julgamentos de processos](#)

Ministério da Economia - 17/03/2021

A Receita Federal publicou, em 12 de março deste ano, a Portaria nº 16, que regulamenta,

a partir do mês de abril, o sistema virtual como modalidade de julgamento em processos na Instituição. O ato normativo define sessões virtuais como uma modalidade de sessão de julgamento não presencial, realizada por meio de agendamento de pauta e com prazo para os julgadores postarem seus votos em ambiente virtual, sem a necessidade de reuniões, sejam presenciais ou não.

### [PGFN altera normas para negociação de débitos do FGTS](#)

Ministério da Economia - 17/03/2021

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou a [Portaria PGFN/ME nº 3026](#), de 11 de março de 2021 – que altera a [Portaria PGFN nº 9.917](#), de 14 de abril de 2020 – para incluir normas relativas à transação da Dívida Ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com a medida, os empregadores poderão negociar esses débitos em condições diferenciadas, de forma a equilibrar os interesses da União, dos contribuintes e do Fundo.

### [Começa nesta segunda \(15/3\) o prazo para adesão a negociações com benefícios no âmbito do Programa de Retomada Fiscal](#)

Ministério da Economia - 15/03/2021

A partir desta segunda-feira (15/3), os contribuintes inscritos em Dívida da União poderão negociar os débitos com benefícios –possibilidade de descontos, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento. A adesão fica disponível no portal Regularize até às 19 horas (horário de Brasília) do dia 30 de setembro de 2021. Os débitos inscritos em Dívida Ativa junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não estão contemplados no Programa. Neste caso, o contribuinte interessado pode apresentar proposta de negociação, a qualquer tempo, por meio de Negócio Jurídico Processual e/ou Transação Individual.

### [Ambiente de produção restrita: regras de convivência entre versões serão implantadas dia 22/03](#)

eSocial - 18/03/2021

O ambiente de produção restrita, destinado aos testes das empresas, será atualizado no próximo dia 22/03 para que sejam implantadas as regras de convivência entre a versão atual do eSocial (v. 2.5) e o novo eSocial Simplificado (v. S-1.0). Desta forma, as empresas poderão transmitir seus eventos em qualquer das versões e verificar o comportamento do sistema na aplicação das regras previstas na Nota Orientativa S-1.0 nº 01/2021.

## [Tecnologista da Fundacentro explica por que máscara com válvula não protege contra Covid-19](#)

Fundacentro - 15/03/2021

A partir de 25 de março, não será permitido o uso de máscara N95 ou PFF2 com válvula de expiração, em aeroportos e aeronaves durante a pandemia. A regra foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da resolução nº 477 de 11 de março de 2021, que faz alterações na resolução nº 456 de 2020. Além da máscara com válvula, a medida também proíbe o uso de lenços, bandanas, máscaras de plásticos (conhecidas como face Shields) e de acrílico. Podem ser usadas as máscaras de algodão e tricoline contendo mais de uma camada e precisam estar bem ajustadas, cobrindo nariz e boca para não deixar espaço para entrada de ar ou gotículas respiratórias.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT em Pernambuco divulga dados sobre denúncias trabalhistas do primeiro ano de pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/03/2021

A Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação pela Covid-19 à categoria de pandemia no dia 11 de março de 2020. Exatamente um ano depois, o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco havia registrado 1.552 denúncias trabalhistas relacionadas ao novo coronavírus. O quantitativo representa 42% do total de queixas recebidas pelo órgão ministerial nesse primeiro ano de crise sanitária; ao todo, o MPT em Pernambuco acolheu 3.739 notificações de irregularidades laborais.

### [Em 1 ano, MPT recebe 40 mil denúncias ligadas à Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/03/2021

Em 1 ano, o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 40.279 denúncias relacionadas à Covid-19. É o que aponta novo levantamento realizado pela instituição, divulgado nesta quarta-feira (17). Até o dia 15 de março, foram ajuizadas 468 ações civis públicas, firmados 443 termos de ajuste de conduta (TACs) e promovidas 563 mediações. Também foram expedidas 14.084 recomendações a autoridades do poder público e empregadores e instaurados 11.465 inquéritos civis relacionados à pandemia.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Projeto que pode tornar crime a exploração do trabalho infantil ganha apoio do Conselho Nacional de Justiça](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/03/2021

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ aprovou uma [Nota Técnica](#) para apoiar a Câmara dos Deputados na tramitação do Projeto de Lei [6.895/2017](#) do senador Paulo Rocha (PT-PA), que caracteriza como crime a exploração do trabalho infantil. O PL está pronto para ser pautado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, da Câmara dos Deputados. Além de reforçar a importância da iniciativa, o documento do CNJ traz sugestões ao texto da proposta para melhorar a legislação vigente.

## Outras Notícias

### [Transferência de 4 anos é definitiva e exime banco do pagamento de adicional](#)

Consultor Jurídico - 19/03/2021

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta ao Banco do Brasil o pagamento do adicional de transferência a um bancário que ficou quatro anos no local da última mudança. A decisão da Turma seguiu o entendimento do tribunal, que considera indevida a parcela quando a permanência do empregado em outra localidade se der por período superior ou igual a três anos.

### [TRT-18 cancela suspensão de CNH de devedor trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2021

Por constatar a necessidade para a atividade laboral, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região determinou a liberação da carteira nacional de habilitação (CNH) de um devedor trabalhista que havia sido judicialmente suspensa. No TRT-18, o desembargador-relator Paulo Pimenta lembrou que o poder estatal é limitado na efetivação de direitos do credor: “A meu ver, a apreensão de CNH como meio de coação para o pagamento de dívida consubstancia medida desproporcional e desarrazoada, pois restringe de forma significativa um dos mais notáveis direitos fundamentais do indivíduo — a liberdade, o direito de ir e vir”, apontou.



## Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT/ME Nº 2.981, DE 11 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 15/03/2021 Seção II Pág. 15) - Designa membros para a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil;

[EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109](#) (DOU de 16/03/2021 Seção I Pág. 04) - Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19;

[PORTARIA PGFN/ME Nº 3.026, DE 11 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 16/03/2021 Seção I Pág. 20) - Altera a Portaria PGFN n. 9.917, de 14 de abril de 2020, para incluir normas relativas à transação da dívida ativa do FGTS e dá outras providências;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 32, DE 15 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 16/03/2021 Seção I Pág. 21) - Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.039, DE 18 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 18/03/2021 Seção I Extra Pág. 03) - Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19);

[AVISO DE TOMADA PÚBLICA DE SUBSÍDIOS Nº 7/2021](#) (DOU de 19/03/2021 Seção III Pág. 35) - Submete à Tomada Pública de Subsídios para instruir a revisão das Normas Regulamentadoras nº 06 (Equipamento de Proteção Individual - EPI), nº 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), nº 33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados), nº 34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Reparação e Desmonte Naval) e nº 35 (Trabalho em Altura). A Tomada Pública de Subsídios ficará disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/participamaisbrasil>. As contribuições deverão ser realizadas diretamente nos documentos eletrônicos disponíveis no sítio acima indicado pelo prazo de trinta dias, a partir da data de publicação deste Aviso.

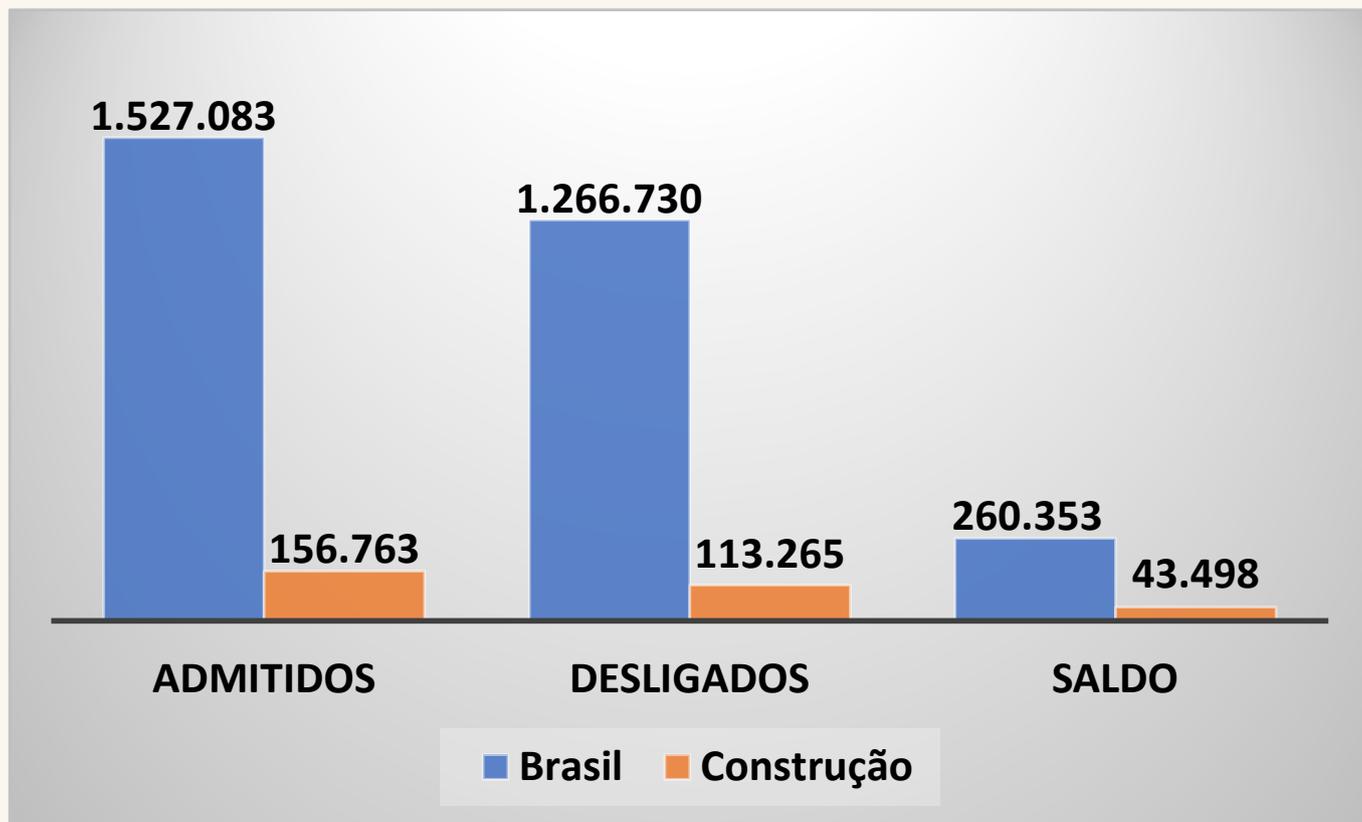


## Dados estatísticos do Mercado de Trabalho

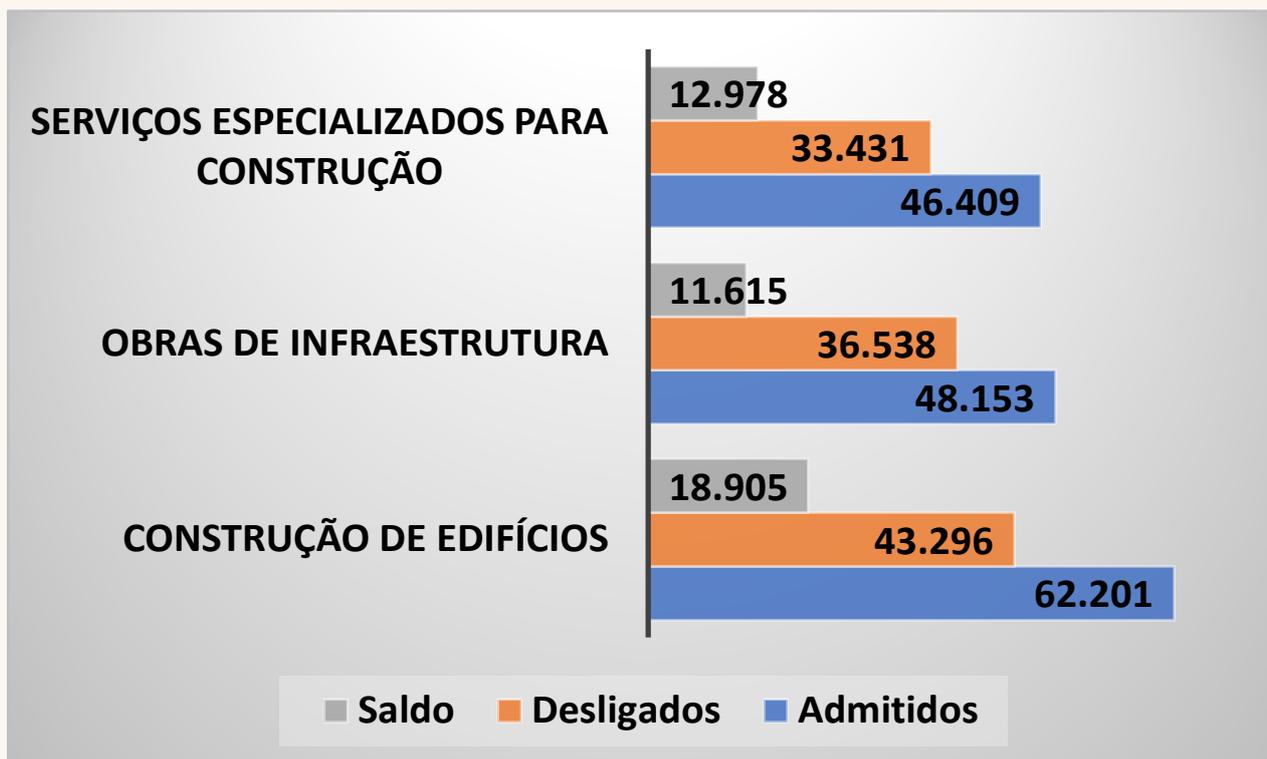
Informações do setor da Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) referente ao mês de janeiro de 2021 extraídas do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia (ME):

\*Dados com ajustes declarados em janeiro de 2021

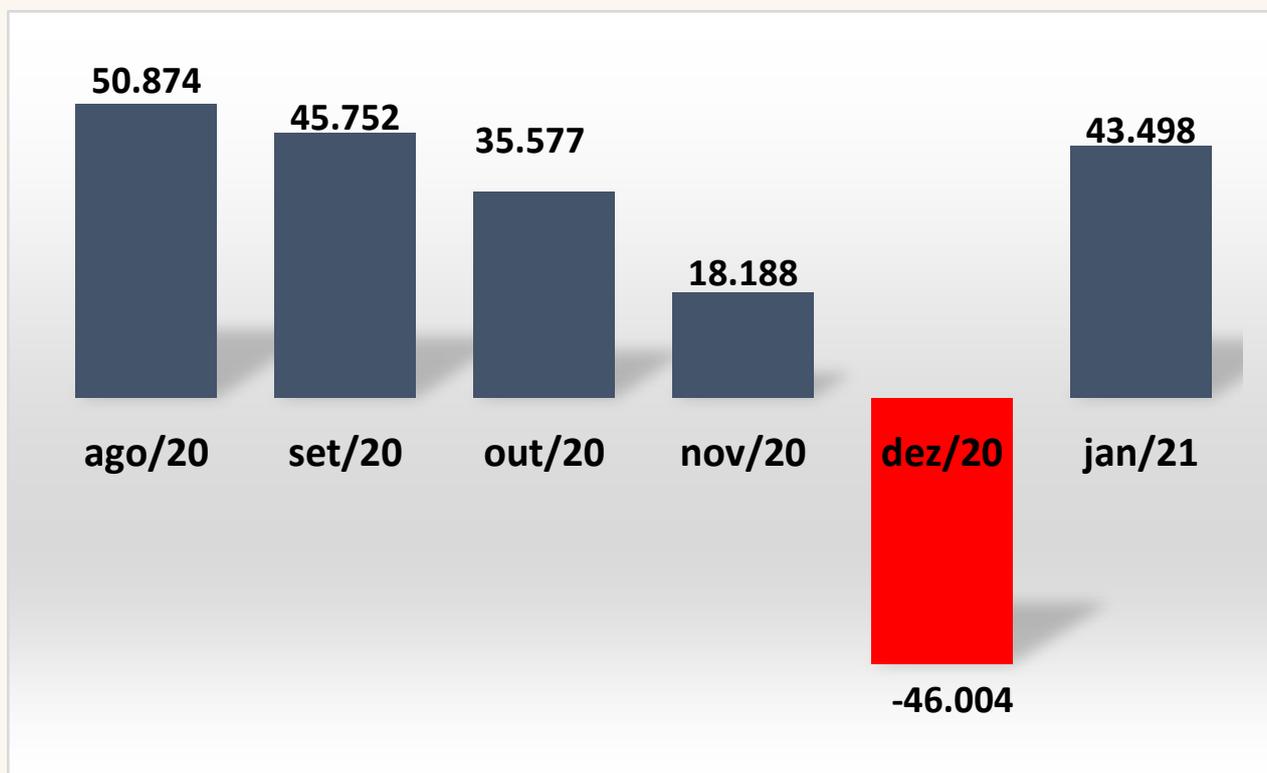
### Saldo da Geração de Emprego na Construção (Janeiro 2021)



## Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Janeiro 2021)



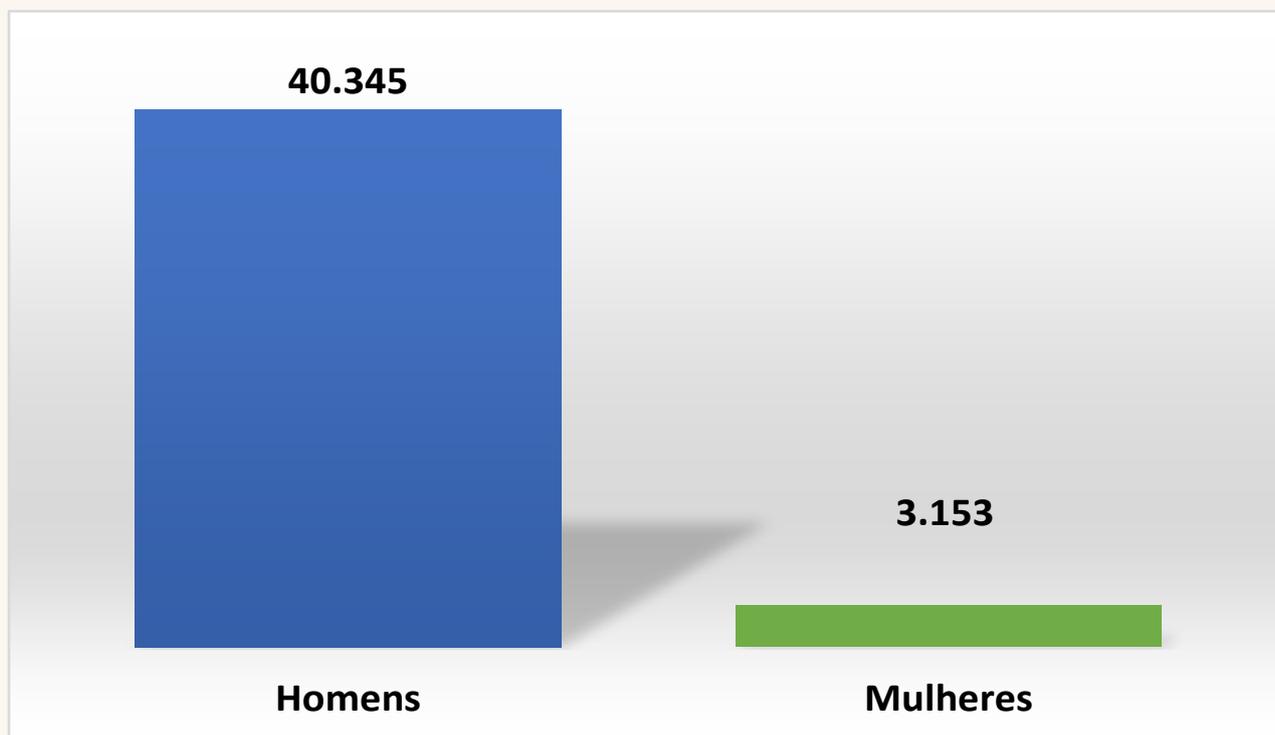
## Evolução do Saldo da Geração de Emprego na Construção nos últimos 6 meses



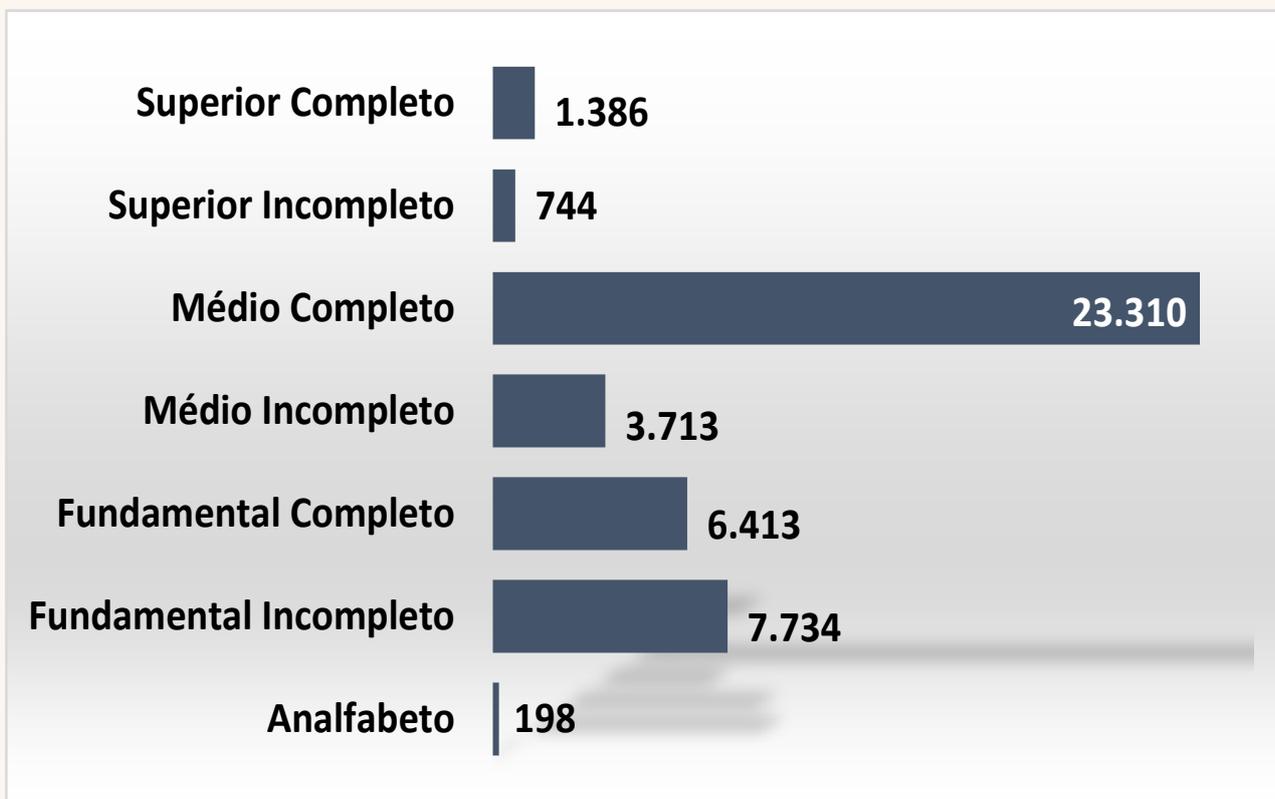
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação  
(Janeiro 2021)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
<b>NORTE</b>	<b>7.504</b>	<b>7.578</b>	<b>-74</b>
Rondônia	560	555	5
Acre	176	157	19
Amazonas	893	1.034	-141
Roraima	519	388	131
Pará	4.104	4.165	-61
Amapá	152	357	-205
Tocantins	1.100	922	178
<b>NORDESTE</b>	<b>27.308</b>	<b>20.906</b>	<b>6.402</b>
Maranhão	2.150	3.141	-991
Piauí	1.649	1.014	635
Ceará	4.196	3.517	679
Rio Grande do Norte	2.259	1.233	1.026
Paraíba	2.067	1.482	585
Pernambuco	4.354	2.906	1.448
Alagoas	1.239	981	258
Sergipe	1064	771	293
Bahia	8.330	5.861	2.469
<b>SUDESTE</b>	<b>79.342</b>	<b>56.189</b>	<b>23.153</b>
Minas Gerais	23.884	17.767	6.117
Espírito Santo	3.137	2.772	365
Rio de Janeiro	7.689	6.717	972
São Paulo	44.632	28.933	15.699
<b>SUL</b>	<b>28.901</b>	<b>19.420</b>	<b>9.481</b>
Paraná	12.197	7.439	4.758
Santa Catarina	9.515	5.982	3.533
Rio Grande do Sul	7.189	5.999	1.190
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>13.688</b>	<b>9.169</b>	<b>4.519</b>
Mato Grosso do Sul	1.429	977	452
Mato Grosso	3.261	2.198	1.063
Goiás	6.212	4.144	2.068
Distrito Federal	2.786	1.850	936
<b>NÃO IDENTIFICADO</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>17</b>
<b>TOTAL</b>	<b>156.763</b>	<b>113.265</b>	<b>43.498</b>

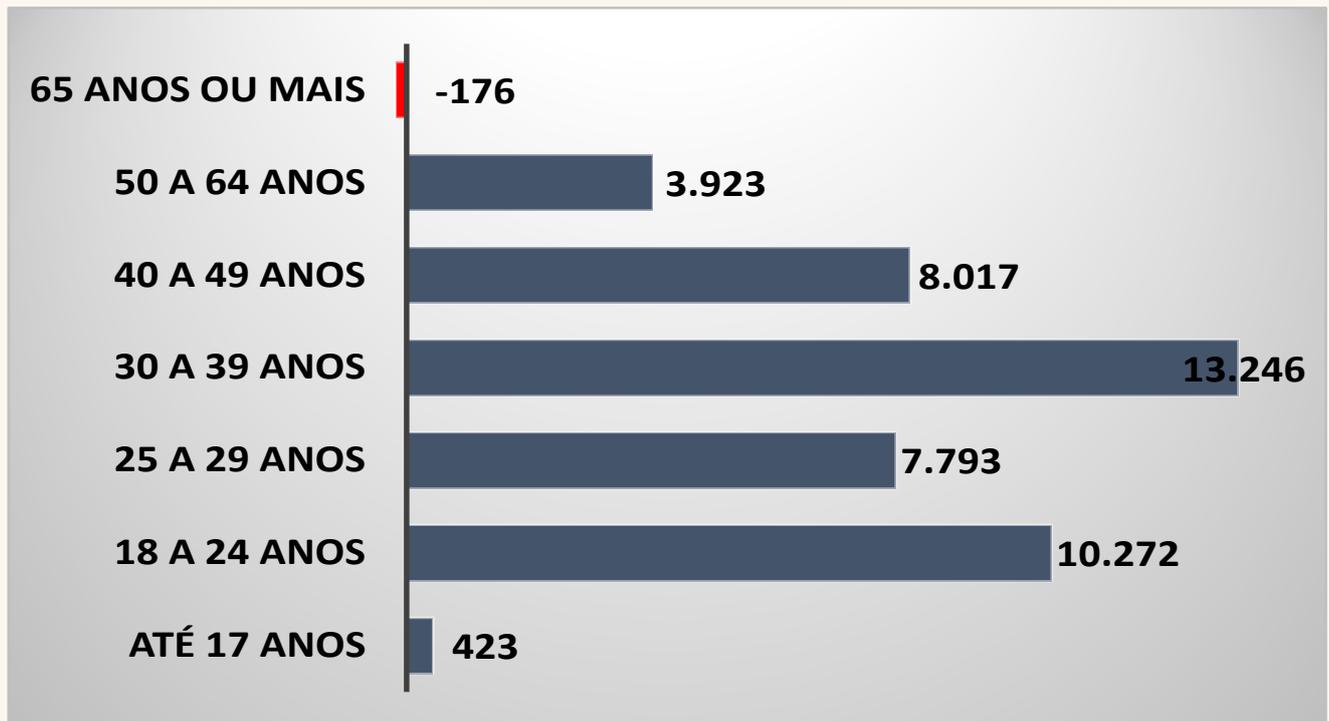
## Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Janeiro 2021)



## Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução (Janeiro 2021)



## Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária (Janeiro 2021)



### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*